FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO V

HOMENAGEM A GAMA BARROS

Volume II

COIMBRA / 1951

Os elementos panegíricos ñas Crónicas de Fernao Lopes

No Prólogo da Segunda Parte da *Crónica de D. João* /, Fernao Lopes alude ao seu costume de contar, no começo dos reinados historiados por ele, parte das «bomdades de cada hu Rei». De facto, assim acontece não só neste prólogo como nos da *Crónica de D. Pedro I* e da *Crónica de D. Fernando.* Mas não é somente às qualidades dos reis que o Cronista tece louvores, nem *é* aos prólogos que se limitam os elementos - panegíricos que as suas crónicas inserem. O hábito referido estende-se ainda à Rainha D. Filipa, num capítulo especial, por ocasião do seu casamento com D. João I — «*Dalgãs costumes e bomdades da Rainha Dona Felipa*», cap. 97 da 2.ª Parte da *Crónica de D. João I*—, aos Infantes seus filhos —nos caps. 147.º e 148.º do mesmo livro — e ao vulto heroico de Nuno Alvares Pereira — «per modo de prollogo que ell bem mereçe» (i.ª Parte da *Crónica de João* /, cap. **3**i). A estes há que acrescentar o fouvor da cidade de Lisboa (*ib*., cap. 160) (*).

Estes panegíricos merecem especial atenção, não só por fazerem parte da obra de Fernão Lopes, mas também pelo seu teor e sua estrutura particular.

No Prólogo da Primeira Parte da *Crónica de D. João* /, ao criticar aqueles historiadores a quem a afeição aos senhores, «em cuja merçee e terra viviam, e hu forom nados seus antigos

íⁱ) Citamos as *Crónicas* de Fernão Lopes nas seguintes edições : Crd-*nica de Dom Pedro I*, com uma Introdução por Damião Peres, Barcelos, 1932; *Crónica de D. Fernando*, 2 vols., Barcelos ig33 e ig35 ; *Crónica de D. João I,* vol. i, prefaciado por António Sérgio, Porto, 194!); vol. 11, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, Porto, 1949.

avoos», levou a enaltecê-los, calando tudo quanto pudesse diminuir a sua fama, Fernão Lopes, pretendendo pôr de parte toda a afeição — aliás por ele próprio considerada como natural e geral — afirma ser o seu desejo «escprever verdade, sem outra mestura, leixamdo nos boõs aqueeçimentos todo fingido louvor (...)» (pág. 2). Num estudo dedicado à *Preocupação literária de Fernão Lopes* (*), já procurámos demonstrar que afirmações como esta e outras congéneres, embora não deixem de corresponder a intuitos sinceros do Cronista, valem sobretudo pelo seu carácter literário e convencional. O facto de se depararem, nas crónicas de Fernão Lopes, elogios como aqueles a que nos referimos, pode contribuir, por seu lado, para confirmar, sob um ângulo particular, a doutrina daquele estudo. E certo que a inserção de louvores nas crónicas não é, em si, contrária ao propósito de se cingir rigorosamente à verdade. Mas, ao examinar-se o teor destes louvores, verifica-se que o próprio Fernão Lopes de maneira alguma pode ser absolvido de dizer «mais daquello que he», nem de calar neles aquilo que seria susceptível de diminuir a personalidade elogiada. Isto pode estranhar-se, tanto mais quanto é certo que, na própria narrativa histórica, ele realmente não foge a apresentar os seus protagonistas sob aspectos críticos, ambíguos e até mesquinhos. Se, todavia, estes aspectos não são frisados nos próprios panegíricos, isto deve-se ao facto de o Cronista respeitar, no teor dos louvores, a orientação convencional do género panegírico, que não admite outros elementos senão aqueles que enaltecem e glorificam. Trata-se, pois, de um género literário da historiografia; e que o Cronista, como t a l, o concebeu, já ele o dá a perceber ao identificar o seu hábito de antepor aos reinados historiados os louvores dos reis respectivos, como um princípio da ordem seguida na composição das suas crónicas (3). A análise de cada um dos panegíricos mencionados demonstrará que a sua elaboração obe-

(2) A aparecer no *Boletim de Filologia*.

(3) «(•••) porque é começo [de cada hum reynado costumamos de poer parte das bomdades] de cada hú Rei, naõ desviamdo da hordem primeira tall modo quiséramos ter com este (...)» *(Cr. de D. João* /, 2/ P., pág. i)* — «E porque nos nom somos abastamte pera compridamente louvar e dizer as bomdades deste poderoso Rey (...) quiséramos deixar de falar delias (...); mas porque britávamos nosa ordenãça de todo, que hera cousa bem de repremder (...) algús poucos como custumamos poer dos outros Reix toca-

deceu mais aos preceitos convencionais e tradicionais da sua forma literária do que à realidade complexa dos factos históricos.

No Prólogo da *Crónica de D. Pedro I,* o elogio do monarca é entrelaçado nas considerações sobre a justiça, nomeadamente como virtude régia, motivadas pelo cognome do rei, e cumulando nas afirmações finais que rezam: «Desta virtude da justiça (...) husou muito elRei Dom Pedro (...). E pois que elle com boom desejo, por natural enclinaçom, refreou os males, regendo bem seu Reino, ainda que outras mingoas per el passassem de que peendença podia fazer, de cuidar he que ouve ho galardom da justiça, cuja folha e fruita he : honrada fama neeste mundo e perdurável folgança no outro» (págs. 6 e segs.). Os louvores continuam no cap. i.°, no qual o Cronista passa a indicar os pormenores concretos da condição humana, física e moral do monarca, dos seus hábitos e feitos régios — de «gramde caçador e monteiro», de «viandeiro, sem seer comedor mais que outro homem», de «gram criador de fidalgos de linhagem» (pág. 9), de generoso e liberal, de expedito nas suas deferências, de justiceiro e «galardoador» dos serviços que lhe eram prestados (pág. 10) —, apresentando cada um dos traços acentuados da sua índole e acção exemplificado no seu modo de se manifestar nos gestos e nos feitos do rei.

Os factos narrados depois, através da Crónica, não são todos susceptíveis de confirmar nesta aparência de perfeição impoluta o vulto de D. Pedro I. E certo que Fernão Lopes não deixa de referir, no decurso na sua narrativa, abundantes exemplos corroborativos das feições características louvadas no início da obra. Assim, as considerações que inauguram o cap. 11 revelam o empenho que tomou em corresponder, como historiador, ao teor das afirmações panegíricas antepostas à própria história. «Nom se podem — lê-se aí — tam temperadamente dizer os louvores dalguuma pessoa, que aquelles cujas limgoas sempre tem costume de reprehender nom acham logares a elles despostos, em que ameude bem possam prasmar; e nos, por que dissemos deste

remos em breve deste» *(ib*$_9$ **pág. 1 e 2).** — **«(...) e estas poucas (vertudes) (...) apartamos asy em soma por não dizerem que britávamos a primeira ordenamça (..)»** *(ib.*$_y$ **pág. 4).**— **«(...) por seguirmos emteiramente a hordem do nosso razoado no primeiro prollogo já tangida»** (Cr. *D. Pedro* /, **pág. 3).**

Rei Dom Pedro que era graado e ledo em dar, e nom dizemos dalguumas gramdezas que dignas sejam de tanto louvor, poderá seer que nos prasmaram alguuns dizendo que nom estoriamos direitamente. E esto nom he por nos bem, nom veermos que pera autoridade de tam grande gabo nom se acham ditos em sua igualdança; mas por nom desviar daqueles louvores que os antigos em suas obras encomendarom, contamollo da guisa que o elles disserom; bem achamos que nunca se anojava por lhe pedirem (...)» (págs. 34 e segs.). Há, porém, neste mesmo rei D. Pedro, outras feições a destacar e outros actos a relatar que, se correspondem à verdade histórica, não cabem igualmente no Prólogo e no i.° cap. da Crónica, dado o teor panegírico destas partes, cuja unidade estilística ficaria quebrada se nelas se inserissem as referências a gestos e factos a vituperar, como o são, v. gr., os acordos entre os Reis de Portugal e de Castela sobre a extradição e execução subsequente de refugiados nos seus reinos. Relatando estes feitos e como neles o rei português se deixou dominar pelo espírito vingativo, nos caps. **3**o e **3**i da Crónica, Fernão Lopes não deixa de dar largas às censuras que no Prólogo não podia incluir: «Por que o fruito principal da alma que he a verdade, pela qual todallas cousas estam em sua firmeza, e ella ha de seer clara e non fingida, moormente nos Reis e senhores em que mais resplamdeçe qualquer virtude, ou he feo o seu contrairo, ouverom as gentes por mui gram mal huum muito davorreçer escambro, que (..•) antre os Reis de Purtugal e de Castella foi feito; em tanto que, posto que escripto achemos delRei de Purtugal que a toda a gente era manteedor de verdade, nossa teençom he nom o louvar mais, pois contra seu juramento foi consemtidor em tam fea cousa como esta» (pág. 92); e «muito perdeo elRei de sua boa fama por tal escambro como este, o qual foi avudo (...) por mui grande mal, dizemdo todollos boons que o ouviam, que os Reis erravom muito himdo comtra suas verdades (...)» (pág. 98).

E certo que a alusão, no Prólogo, àquelas «mingoas» na personalidade régia, «de que peendença podia fazer» (pág. 7), deve ser um como que prenúncio daquilo que na narrativa histórica vem depois diminuir as feições glorificadas, em D. Pedro, de justo e generoso. Ainda assim, porém, o efeito estilístico produzido pela forma concessiva desta referência, precisamente na exprès-

são requintada do final do Prólogo, é mais o de enaltecer as qualidades louvadas, do que o de as amesquinhar.

Quanto ao Rei D. Fernando, o Prólogo da crónica dedicada ao seu reinado começa por destacar as *qualitates animae et corporis* do jovem monarca — avalemte, ledo, e namorado®, abem composto corpo e de razoada altura, fremoso em parecer e muito vistoso» (I, pág. **5**)—, passando a referir o seu *convictus*— «gram criador de fidalgos, e muito companheiro com elles», aamavioso de todollos que com elle viviam» *(ib.)* —; as suas habilidades físicas — «cavallgamte, e torneador, grande justador, e lamçador attavollado» (págs. **5** e sg.), e amuito braçeiro» (pág. 6)—; as suas virtudes morais e particularmente régias de justo, generoso, liberal, agramde agasalhador dos estramgeiros» e bom regente, amador do seu povo *(ib.),* às quais se acrescentam ainda as suas qualidades — também particularmente régias — de amuito caçador e monteiro» *(ib.)* (4). O elogio acaba pela relação das medidas de governo e protecção do reino, para aboom regimento e prol do seu poboo» (pág. 14), todas elas afundadas em boa razom e muito justamente hordenadas» (pág. 6) e destinadas a amanteer seus poboos em dereito e justiça» (pág. 12).

A referência aos traços censuráveis na atitude deste mesmo rei, explícita no decurso da narrativa— que não deixa de o mostrar vituperado pelo povo por covarde (cap.° **36**, I, pág. 94), gastando os tesouros e perdendo as gentes na guerra acom pouco acreçemtamento de seu estado e homrra» (cap.º 44, I, pág. 11**3** ; cap.º **53**, **1**, págs. 1**3**g e sgs.), arbitrário, capcioso, falso e vingativo (cap.º8 60 e 61,**1**, págs. 1**55** e sgs., cap.° 64,**1**, págs. 164 e sgs. ; cap.º 114, II, págs. 68 e sgs.) — faz-se, no Prólogo, apenas de uma forma velada que, no que diz propriamente respeito à pessoa do monarca, não destoa, graças sobretudo aos seus superlativos, do teor panegírico do resto — ase se contemtara viver em paz, abastado de suas remdas (...) nenhuum no mundo vivera mais ledo, nem gastara seus dias em tanto prazer»—, subordinando logo as adversidades à fórmula generalizadora, que, por assim dizer, absolve o rei elogiado da responsabilidade nelas, concluindo nos seguintes termos: «mas per vemtura nom era hordenado de cima» (I, pág. 6).

(4) **Cf. D. João** I, ***Livro de Montaria*, ed. Mário Esteves Pereira,** L. 1, **cap. 4.º**

O panegírico de D. João I, depois de se referir ao monarca nos termos elogiosos mais gerais de «poderoso rey» e de «gramde e muy homrado Senhor, mais excelente dos Rex que ë Portugal reinarao» (Cr. *de D. João* /, 2.ª Parte, pág. i), acentua a sua devoção de «sempre bem fiell catholico (...) muy obidiemte ao alto Pastor da Igreja»; o seu respeito de Deus e a sua humildade — «nao se levamtou em soberba, mas sempre louvou a seu Deus»—; seus «bramdos e homrrosos costumes», e a «mesura» e cortesia das suas palavras (¿¿., pág. 2); a justiça conjugada com a piedade; o amor da paz; a sua prudência, nobreza, dignidade e benevolência no convívio com senhores e fidalgos, e no trato do povo; a sua castidade e lealdade matrimonial; e a sua generosidade — «amtre todalas vertudes (...) esplamdeçeo em ell a vertude de gramdeza, a quoall (...) nunca se esqueçeo de usar». Contando-o entre os «bemavemturados primçipes», considera-o um exemplo a imitar pelos sucessores, mais em virtude da forma justa e temperada como governou o reino, do que da sua conquista (*£., pág. **3**).

Nestes termos, o retrato de Dom João I não deixa de apresentar-se—ele também—assaz convencional. Ao destacar as qualidades morais do Rei, o Cronista cinge-se, aliás em parte, às condições que o Dr. João das Regras, na sua famosa oração perante as Cortes de Coimbra, retóricamente enunciou como requeridas —«segundo os saibos rrecomtam»— à pessoa a ser eleita para o trono vago, e por sinal convergentes na do então regedor e defensor do reino, condições essas reproduzidas nesta mesma Crónica por estes termos : — «que aja amor aos subditos, e com isto bomdade e devaçam» (I, cap.º 191, págs. 420 e sg.). A imagem do príncipe ideal e modelar, «froll e excelemçia dos Reis que em Portugal reynaraõ», e no qual floresceram «todalas umanaes vertudes», pertence ainda aquele traço significativo que particularmente distingue a figura enaltecida de D. João I dos seus dois predecessores : o seu amor das Letras, expresso na sua própria versão do *Livro de Horas*, e nas ordens que deu a «gramdes letrados» para traduções bíblicas (II, pág. 2). As referências a esta acção, bem como ao «emtemdimento» do príncipe — levemente tocado também no Prólogo da *Crónica de D. Pedro I* (« ... e tal virtude como [a justiça] pode cada huurri gaanhar per obra de boo emtemdimento») (pág. 4), e no da *Crónica de D. Fernando* («... e todallas cousas que por [serviço do poboo] e defensom do reino mandava fazer... eram fundadas em boa razom.,. ») (I, pág. 6) —

representam elementos característicos da idealização dos monarcas, constantes dos panegíricos tradicionais que desenvolvem o tópico de *sapientia et fortitudo.*

O convencionalismo deste retrato panegírico de D. João I — embora a sua fisionomia não saia dele inteiramente desfigurada — ressalta ainda ao comparar com ele as feições menos régias esboçadas através da história, como a do rigor inexorável degenerado em crueldade. Assim, a insistência do rei no suplício dos moços que roubaram a erva durante o cerco de Vila Lobos, a sua impassibilidade perante as suplicas do próprio Condestabre e do seu escudeiro, irmão de um dos condenados (II, cap.º 108, págs. 242 e sg.), embora possam contribuir para corroborar a afirmação da sua integridade de juiz supremo, não deixam de ultrapassar, na desproporção que neste facto há entre a gravidade do delito e a severidade do castigo, os limites da própria justiça. Ao perseguir e sentenciar cruelmente Fernando Afonso, seu camareiro desobediente, sem dar ouvidos aos fidalgos e à Rainha que por ele pedem, procede «aceso com foguo de sanha» *(ib.* cap.® 1**38**, págs. 302 e sg.). Em face destes actos, a afirmação do Prólogo, de que «não hera sanhudo nem cruell, mas manca e byninamente castiguava» (págs. 2 e sg.), se não é por completo desmentida — porque há também factos que a confirmam — sempre fica reduzida, salvando-se, neste seu teor encomiástico, apenas como retórica e essencialmente literária, condicionada pelo próprio estilo panegírico.

O louvor mais resumido da Rainha D. Filipa segue, *mutatis mutandis,* a orientação do elogio de seu marido, e corresponde quase literalmente ao dele, apresentando-a como «devota e nos divinais ofiçios desperta», e esposa fiel — «amou bem e fielmente a seu muy nobre marido» —, acentuando que «naõ fazia algua cousa com ramcor nem odio, mas todas suas obras eram feitas em amor de Deos e do proximo», e que, «em ella avia hua chaã comversaçãom proveitosa a muytos, sem oufana de seu reall estaado, com doces e graciosas palavras a todos prazivees douvir», concluindo por destacar as suas qualidades como exemplares : «Asy que sendo seus perfeitos custumes, em que muyto ffloreçeo, per meudo postos em scripta, asaaz seriam dabastosa emsinamça pera quaes quer molheres, posto que de mor estado fossem» *(Cr. de D. João I,* 2.ª Parte, pág. 226). As referências ao seu amor caritativo de pobres e min-

guados e ao seu «gram sentido (...) de boa emsinamça e criaçom de seus filhos» *(ib.)* dizem propriamente respeito ao seu estado de rainha cristã e de mãe (5).

Quanto aos Infantes —«tam bõos, que de nenhü rei que da Espanha nem mais alomgada terra fose se lê que semelhantes filhos ouvese» (*£., pág. **320**)—, as qualidades, particularmente enaltecidas, de obediência, humildade e amor filiais, de «ffee leall», discrição e sinceridade, de benevolência para com os seus inferiores e de respeito mútuo, da «sotilidade de seu emtemdimento e alteza de compoer e ditar com avomdãça de faalla comum», qualidades essas desenvolvidas e focadas sob aspectos variados, através dos cap.os 147 e 148 (págs. 3*20 e sgs.), são as pertencentes ao seu estado de filhos e de príncipes. E como tais é que — assim como D. João I e D. Filipa — são considerados como modelares, susceptíveis de servir de «emsino aos filhos dos Reis, que depois déliés ham de vir» (*£., pág. **322**).

No elogio de Nuno Alvares Pereira, o Cronista procede como no de D. Pedro I. O teor das considerações que ele antepõe à história do Condestabre, é determinado pelo conceito da *virtude*, como o da *Crónica de D. Pedro I* o fora da *justiça*, como qualidade particularmente característica da personalidade enaltecida. Começando por reflexões generalizadas sobre as «comdiçoões desvairadas» com que todos nascem, a «torvaçom» a que a natureza humana está sujeita, o valor e a dificuldade de «teer discreto modo nas vaãs delleitaçoões», e a honra que traz consigo a vontade de, «per comthinuada batalha», dominar-se a si próprio, acaba por fazer convergir estas qualidades louváveis na pessoa de Nun'Alvares, apresentando-o como merecedor de honra «mui

(5) **Compare-se com este perfil régio convencional o retrato mais vivo e diferenciado de Leonor Teles, quer na *Crónica de D. Fernando*, (1, cap. 65, págs. 166 e segs.), quer na 1.ª Parte da *Crónica de D. João I* (c. 15, págs. 35 e segs.), onde as feições da sua admirada beleza física e gentileza aparente são sempre matizadas e completadas pelos traços mais sombrios das suas qualidades morais, e onde a própria acentuação da sua prudência e inteligência, e do domínio dos seus rancores e ódios serve apenas para fazer ressaltar, mais acentuados e impressionantes, os contornos da sua mentalidade manhosa e vingativa, — conjugando o Cronista neste retrato moral os elementos de louvor e de vitupério, num processo inadmissível na mera estilização panegírica. Acresce que os autores medievais costumam ser mais expressivos e realistas na caracterização do mal do que no louvor do bem.**

gramde», «pois per pelleja que numca çessa, nom sem gramde força e rresistemçia sobjugou de tall guisa os viçios carnaaes, que cheio de fruito de gramde proveito, o nom podia nenhü prasmar de mingua algüa que notavell fosse» (Cr. *de D. João* **7**, i.ª Parte, pág. **63**). Aos seus feitos chama «prudemtes» e «discretos» *(ib.);* e admitindo que haja outros autores memoráveis de «gramdes e famosos feitos», não encontra entre eles nenhum no qual «creçemdo dhuüa virtude em outra per nom camssada firmeza, comcorressê (...) tamtas bemaventuranças» (*£>., pág. 64). As qualidades acentuadas, depois, no Condestabre, através dos capítulos seguintes, são as da sua gentileza atenciosa, virgindade e obediência filial (pág. 69), do seu hábito de ser «de pouca e bramda pallavra», e «boom gasalhado e doçes rrazoões» (pág. 70), da isenção nele de todo o sentimento de «rramcor e hodio», do seu «temor de Deus», e da honestidade da sua vida matrimonial (pág 71).

A referência à sua origem, antes da enunciação elogiosa das «boondades» do herói, não somente corresponde à «hordem dos mundanaaes feitos» (pág. **65**), mas igualmente aos preceitos do género panegírico. Descurável no louvor dos reis cuja ascendência ressalta da própria narração histórica, esta referência também não falta no da Rainha D. Filipa—«nada de nobre padre e madre» (Cr. *de João* **7**, 2.ª Parte, pág. **225**) — nem no dos Infantes (*ib*., pág. **32**i), como, aliás, igualmente aparece no discurso do Dr. João das Regras perante as Cortes de Coimbra (/£., i.ª Parte, pág. 420).

Reduzidos estes panegíricos, na enunciação das virtudes destacadas dos elogiados, aos seus elementos atributivos e qualificativos, é de admitir que eles não se distinguem um do outro por muito variados. Embora algo diferenciados na acentuação dos valores enaltecidos, eles não chegam a fazer ressaltar, como marcadamente individualizados, os vultos que se glorificam. As virtudes que o Cronista louva neles, não passam de convencionais. Isto vale tanto para as virtudes régias da justiça, moderação e piedade, força e prudência («emtemdimento»), amor da paz, devoção e generosidade, como para as filiais da obediência e amor, e ainda para as da discrição e do domínio de si próprio, sublinhadas tanto nos Infantes como no Condestabre, e a da lealdade, atribuída à cidade de Lisboa.

Convencional, é também a estilização e a estrutura estilística destes panegíricos. Pertencem propriamente ao estilo lauda-

torio as afirmações do propósito de ser breve, e da incapacidade e indignidade perante a plenitude e grandeza de virtudes e feitos a enaltecer, que em todos os exemplos atrás referidos se encontram. Assim, é «muito curtamente» que, no Prólogo da *Crónica de D. Pedro* /, Fernão Lopes se propõe tratar da função régia da justiça, juntando as considerações colhidas noutros autores «em huum breve moolho» (pág. **3**). As ordenações que D. Fernando fez e mandou cumprir para o governo e em prol do seu povo, e, portanto, as «bondades» a focar neste rei, são tantas, que não cabem no Prólogo, que, por isso, apenas resumidamente as refere (Cr. *de D. Fernando*, I, pág. 14). Quanto à tarefa de elogiar a personalidade de D. João I, o Cronista começa por confessar-se hesitante, apresentando as razões que o deviam levar a desistir; acaba, porém, por se abalançar a ela, embora brevemente, dizendo: «(...) porque nos [nom] somos abastamte pera compridamente louvar e dizer as bomdades deste poderoso Rey, por a dynidade dos seus gramdes feitos, quiséramos deixar de falar delles, vemdo como comprira serem escritos per huu gramde eloquemte leterado que bem ordenara os curços dos mereçidos louvores; mas (...) cõ graõ reçeo, triguosamente, nom embarguamdo a razaõ aleguada, algus poucos como custumamos poer dos outros Reix tocaremos em breve deste» *(Cr. de João* **7**, 2.ª Parte, págs. 1 e sg.). E, a concluir este prólogo, exclama: «Ho muy nobre primçipe (...), bem escreverõ os que diseraõ que todalas umanaes vertudes floreceraõ em tij, per espiciall graaça, de guisa que por a pouquidade de nosso emgenho naõ fomos ousados de falar em elas, e estas poucas que das obras alheas apanhamos, apartamos asy em soma (...)» (págs. **3** e sg.). Os mesmos tópicos da superioridade da pessoa elogiada, da humildade e indignidade do Cronista para merecidamente a louvar, e da brevidade com que procura desempenhar-se da tarefa que todavia não quer deixar de cumprir, repetem-se no encómio da Rainha D. Filipa : «E porem nos fora aprazivell trabalho, podédo louvar as vertudes que em ella ouve; mas porque disto nõ somos abastamte, cumpre espidiremos dello muito breve» *(ib.*, pág. 226). No elogio dos Infantes, apesar de assaz extenso, também se vê ser intenção do Cronista dizer «em breve .. . algüa pouca cousa das comdyçõees de que foram afremosemtados» *(ib.*$_9$ pág. **3**19), e da «pratica que tinham» em guardar obediência (pág. **322**). Os louvores tecidos são classificados de «humilldosas

rezoees» e «poucas» ; e, ao terminar esta relação, aludindo a outras qualidades e virtudes memoráveis nos príncipes, diz: «fique para outro que os louvar saiba (...)» (pág. 324). Também quando se refere aos feitos de Nun'Alvares, pergunta : «Mas que poderá dignamente comtar os louvores deste virtuoso barom (...)?» *(1b.,* i.ª Parte, pág. **63**); e, expostas todas as dificuldades com que depara ao tomar sobre si relatar seus «exçellemtes autos», afirma que o fará «sob huua brevidade de curto estillo» (*ib.*, pág. 64).

Ao servir-se, assim, de fórmulas convencionais e tópicas nos seus panegíricos, Fernão Lopes não procede senão em conformidade com a norma e qualidade deste ge'nero de elogios, que são idealizações de figuras históricas, apresentando-as, para além da sua condição humana e acção real, ou ainda, através delas, como figuras idealizadas, dotadas de virtudes ideais.

Confundem-se, nestas idealizações, elementos da antiguidade greco-latina, bíblicos e cristãos. Assim como, através das suas crónicas e no próprio panegírico do rei justiceiro, Fernão Lopes — como aliás qualquer autor medieval — igualmente se refere a Cícero, à Santa Escritura e aos escritos dos Santos Padres (6) para dar relevo às suas afirmações doutrinárias, assim também as virtudes que enaltece são as mesmas que, tanto na literatura antiga como na cristã, inspirada naquela e na Bíblia, aparecem como os atributos típicos da realeza e do heroísmo, passando daí para os numerosos tratados políticos medievais, Regimes e Espelhos de Príncipes. Predomina a valorização cristã, expressa não só nos conceitos propriamente cristãos da devoção, do temor de Deus, da castidade, do amor da paz, mas também na acepção nitidamente cristã dos conceitos antigos da justiça e piedade, moderação, generosidade, e auto-domínio. E porque as qualidades focadas nas pessoas régias e na personalidade do Santo Condestabre são propriamente as do príncipe e do cavaleiro cristão, é que se apresentam como exemplares e dignas de serem imitadas. Este conceito da exemplaridade virtuosa remonta à hagiografía; e são, de facto, os seus conceitos morais e termos usuais que transparecem no teor das afirmações de que D. João I poderia servir de mestre e exemplo de

(6) «segumdo os samtos escrevem», «segundo diz Tulio», «a escriptura afirma» (Cr. *de D. Pedro* /, págs. 3, 7 e 10).

governo justo e temperado aos reis que a ele sucederem *(Cr. de D. João* /, 2.ª Parte, pág. **3**); de que os perfeitos costumes em que «muyto ffloreçeo» a Rainha D. Filipa, «asaaz seriam dabastosa emsinamça pera quaes quer molheres, posto que de mor estado fossem» *(ib.,* pág. 226); de que os seus filhos, porque «esplamdeseram por fremosura de obediemcia tato per Deos comemdada», poderiam ser «emsino aos filhos dos Reis, que depois déliés ham de vir» *(tb.*$_9$ pág. **322**); e de que os «exçellemtes autos» de Nun'Alvares Pereira, «com agulhoões de proveitosa emveja», poderiam «espertar a fazer semelhantes» (¿6., i.ª Parte, pág. 64).

A concepção e valorização cristã é particularmente acentuada no panegírico da cidade de Lisboa, integrado na visão alegórica de «çidade vehuva de rei», nos capítulos 140 a 142 da Primeira Parte da *Crónica de D. João L* Apostrofando-a de «famosa antre as çidades, forte esteo e collumpna que sostem todo Portugais (pág. **343**), e «mui nobre çidade (...), vida e coraçom deste reino, purgada de todas fezes no fogo da lealldade» (pág. 348), Fernão Lopes enaltece-a pelos muitos *mártires* que dentro dos seus muros amparou. E que, desenvolvendo a comparação da luta do Mestre de Avis, Nun'Alvares e outros fidalgos pela salvação do reino, com a salvação da Humanidade pelo sacrifício de Cristo, cujo Evangelho foi prègado por S. Pedro e pelos Apóstolos, qualifica de mártires os moradores de Lisboa e aqueles que, com o Mestre, passaram pelas tribulações do cerco, «porque nom soomente som mártires, os que padeçem por nom adorar os idollos ; mas aimda aquelles que dos hereges sçismaticos som perseguidos por nom desemparar a verdade que tem ; e sse mártir quer dizer testemunha, bem testemunha som os de Lixboa, dos que no çerco delia morrerom, e de suas tribullaçõoes e padeçimentos» (pág. 343).

Se a alusão que, ao motivar o panegírico de Nun'Alvares *(Cr. de João* /, i.ª Parte, pág. **63**), faz ao hábito oratório de «alguus preegadores, que demtro no sermom emxertam a vida daquelle de que preegam, e na fim delle comcluem seu tema», é outro indício da integração de Fernão Lopes no estilo e na estrutura dispositiva duma tradição literária cristã, a própria linguagem destes panegíricos (como aliás de todas as partes das suas Crónicas) apresenta-se impregnada de metáforas e tópicos próprios da Bíblia, da homilética e da hagiografía. São exemplos dela, no próprio elo-

gio do Santo Condestabre, as imagens da «comthinuada batalha» para vencer «seus naturaaes desejos», da «pelleja» incessante para subjugar os vícios carnais» *(ib.),* das «escassas rrelliquias» das virtudes louváveis (pág. 64); a distinção entre os «maaos» a serem castigados, e os «boons» a viver em paz, ao determinar a finalidade do estabelecimento do poderio régio (Cr. *de D. Pedro I,* pág. **3**); a imagem da «honrada fama neeste mundo e perdurável folgança no outro», como «folha e fruito» do «galardom da justiça» *(ib.,* pág. 7); e, no panegírico da cidade de Lisboa, a expressão de «emduzidos (...) per spiritu de Sathanas» *(Cr. de D. João I,* i.ª Parte, pág. **343**), a frequência das metáforas de «fruito», «folha», «vergomtea», «exertos» *(ib.,* págs. 344 e sg.), a sentença de que «muitas vezes o boom proposito he escorregadiço, e de pouca dura, e o justo cada dia caae sete vezes, e outras tamtas se levamta (...)» (pág. 347), a expressão de «purgada (...) ao fogo (...)» (pág. 343), e as imagens de «clara luz de humildade» e «nobres joias de bõos e onestos custumes», no louvor dos Infantes *(ib.,* 2.ª Parte págs. **322** e 324).

Esta estilização panegírica, num cronista aliás geralmente apresentado, sobretudo, como o exemplo dum realismo vivo, é, por si só, indicativa da continuidade da tradição historiográfica convencional e erudita, ao lado da originalidade indubitável das suas observações e da independência dos seus juízos. Seria errado pretender ver na adopção dos elementos convencionais uma atitude de submissão ou lisonja perante quem o incumbira de historiar os reinados dos antecessores. Ao adoptá-los, o Cronista obedeceu meramente a um princípio dominante de estilização que, relacionando-se com a ordem da hierarquia social, como seu reflexo literário, está longe de lhe servir de disfarce submisso ou adulatório.

Se, embora sob o domínio destes elementos convencionais, a prosa dos panegíricos nas crónicas de Fernão Lopes não deixa de ser viva e expressiva, isso deve-se aos recursos estilísticos, morfológicos e sintácticos, que o Cronista utiliza, e à maneira como sabe aproveitá-los.

Oferece um exemplo instrutivo a este respeito o período final do Prólogo da *Crónica de D. Pedro I*: «E pois que elle com boom desejo, por natural enclinaçom, refreou os males, regendo bem seu Reino, ainda que outras mingoas per el passassem de que peen-

dença podia fazer, de cuidar he que ouve ho galardom da justiça, cuja folha e fruito he: honrada fama neeste mundo e perdurável folgança no outro» (pág. 7). A duplicação variante e intensificante — tcom boom desejo, por natural enclinaçom»—, aliada à aliteração— «folha e fruito» —, ou conjugando a intensificação com o paralelismo e a aliteração — «honrada fama neeste mundo e perdurável folgança no outro» — são recursos estilísticos que, reaparecendo no i.° capítulo da Crónica onde se descreve a personalidade do príncipe— «caçador e monteiro», «casa de caçadores, e moços de monte» (pág. 9), «muito manteedor de suas leis e grande executor das sentenças julgadas», «tempestade e tribullaçoões» (pág. 10) — imprimem ao vocabulário usado uma vida ainda acentuada pela variedade rítmica que Fernão Lopes soube dar à sua prosa (7).

O mesmo acontece nos outros panegíricos referidos. Neles, *é* igualmente frequente deparar-se com duplicação substantívica — «amador de molheres, e achegador a ellas» (Cr. *de D. Fernando,* I, pág. **5**), «vizinhos e comtrairos» (Cr. *de D. João* /, 2.ª Parte, pág. 2), «justiça e piedade», «froll e excelemçia» *(ib.,* pág. **3**), «pobres e mingoados», «emsinamça e criaçaom» *(ib.,* pág. 226), «per palavra ou feito» *(ib..* pág. *32*1), «preceitos e mamdados» *(ib.,* pág. **322**), «força e rresistemçia», «proposito e parte» *(ib.,* i.ª Parte, pág. **36**), «tribullaçõoes e padeçimentos», «deífemsor e esposo», «esteo e collumpna» *(ib.,* pág. 343), etc.—; adjectívica — «singular e estremada devoção», «homrada e onesta reveremçia» *(ib.,* 2.ª Parte, pág. 2), «doces e graciosas palavras» (*tb.,* pág. 226), «maa e escomunguada desobidiemcia» *(ib.,* pág. **32**1), «bem comtemtes e nam emfadados» *(ib.,* pág. 324), «gramdes e famosos feitos» (*ib.,* i.ª Parte, pág. 64), «boa e manssa» *(ib.,* pág. 343), «servido e aguardado», «deffeso e amparado» *(ib.,* pág. 34b), etc. —; adjectívica e substantívica conjugadas — «bramdos e homrrosos custumes e prazivês mamdados» *(ib.,* 2.ª Parte, pág. 2), «penosos desejos e trabalhosa cuidaçom» *(ib.,* i.ª Parte, pág. 64), «boa emteemçom e justa querella» *(ib.,* pág. **343**), etc.—; adverbial — «pouco e levemente» *(ib.,* 2.ª Parte, pág. 1), «larguo e

(7) **Para os pormenores, assim como para a interpretação dos fenómenos estilísticos citados aqui e adiante, remetemos o leitor para o nosso estudo sobre a *Preocupação literária de Fernão Lopes.***

compridamente» (*ib.*, pág. 2), «mança e byninamente» *(ib.,* pág. 3), «bem e fielmente» *(ib.,* pág. 226), etc.—; ou verbal — «homrou e amou», «amar e servir» *(ib.,* pág. **3**), «repremdemdo (...) e louvando» *(ib.,* pág. **32**i), «visitandoo e servimdoo», «emtemdeer e semtir» *(ib.,* pág. 324), «leer e ouvir» *(ib.,* i.ª Parte, pág. 64), etc. Há ainda exemplos de triplicação adjectívica — «mançebo vallemte, ledo e namorado» *(Cr. de D. Fernando,* I, pág. **5**) —, substantívica — «com gramde amor e themor e ffe leall» *(Cr. de D. João I,* 2.ª Parte, pág. **32***2)* — e verbal, ligada com a duplicação: «os que elle amava e prezava e fazia merces e ajuda» *(ib.).* Também não faltam os casos mais requintados da duplicação de construção invertida, com inversão substantívica — «grande justador, e lamçador atavollado» *(Cr. de D. Fernando,* **1**, págs. **5** e sg.) — ou adverbial — «fremoso em parecer e muito vistoso» *(ib.,* pág. **5**), «fundadas em boa razom e muito justamente hordenadas» *(ib.,* pág. 6)—; adversativa, ora simplesmente paralelística, como em «sua tençom era fundada em serviço de Deus, & seu (...), & nom por proveito nem prazer delles, nem doutra algüa pessoa» *(Cr. de D. João* I, 2.ª Parte, pág. **323**), ora com variação do sujeito, como em «naõ fazia algüa cousa com ramcor nem odio, mas todas suas obras eram feitas em amor de Deos e do proximo» *(ib.* pág. 226), ora de ordem invertida, como nos seguintes exemplos: «de nenhuum a que bem quisesse podia creer mal» *(Cr. de D. Fernando*, I, pág. **5**), «mais torpe cousa he pouco e levemente louvar algüa pessoa que larguamente dela mall dizer» e «naõ hera sanhudo nem cruell, mas mança e byninamente castiguava» *(Cr. de D. João*, í, 2.ª Parte, págs. 2 e sg.).

E certo que se trata de recursos também convencionais e tradicionais da arte de escrever. O facto de Fernão Lopes se servir deles, acumulando-os nos períodos culminantes dos panegíricos, é, por sua vez, outro indício da continuidade daquela tradição literária em que consideramos integrada a sua historiografia.

Afigura-se-nos, porém, como mais significativa ainda a sua arte de variar no emprego dos elementos estilísticos que se lhe oferecem. Nos panegíricos, entre descritivos e evocativos, é sobretudo a variação quase constante entre a expressão nominal e verbal que se observa ao lado das já referidas, com tendência nitidamente predominante para o verbo. Assim, ao tratar da justiça

no Prólogo da *Crónica de D. Pedro* /, começa por dizer dela que «he huma virtude, que he chamada toda virtude», passando depois a formular: «a justiça (...) defende (...)» (pág. 4); referindo-se-lhe como qualidade régia, em vez de dizer, v. gr., que Dom Pedro era muito justo, diz: «husou da justiça» (pág. **3**), e «desta virtude da justiça (...) husou muito (...)» (pág. 7). E esta a construção mais frequente, traduzindo logo em gestos e acções as virtudes e atitudes enaltecidas. Ao traçar as qualidades físicas e morais dos elogiados, não é raro a caracterização nominal ser completada pela verbal, ilustrativa, exemplificadora, concretizadora, como nos casos seguintes: «foi sempre grande caçador, e monteiro (...) tragendo gram casa de caçadores (...)» (Cr. *de D. Pedro* /, pág. 10); «avia bem composto corpo e de razoada altura, fremoso em parecer e muito vistoso, tal que estando açerca de muitos homeens, posto que conheçido nom fosse, logo o julgariam por Rei dos outros»; «era tam amavioso de todoloos que com elle viviam, que nom chorava menos por huum seu escudeiro quamdo morria, come se fosse seu filho» *(Cr. de D. Fernando*, I, pág. 1**5**); «era muito braçeiro, que nom achava homem que o mais fosse» *(tb.*$_{9}$ pág. 6); «sua comverçassaõ era de bramdos e homrrosos custumes e prazives mamdados de comprir, husamdo sempre de mesuradas palavras (...)» (Cr. *de D. João* /, 2.ª Parte, pág. 2); «era cuidosa açerqua dos pobres e mimgoados, fazemdo larguas esmolas as egrejas e mosteiros» *{ib.* pág. 226). A vida e o movimento que estas expressões verbais conferem à prosa descritiva de Fernão Lopes, acentuam-se ainda por as próprias virtudes enaltecidas aparecerem nelas por vezes como sujeitos da oração ligados com verbos activos, como no exemplo já citado de «a justiça (...) defende (...)», ou ainda nestes: «amtre todalas vertudes (...) esplamdeçeo em ell a vertude da grandeza», e «todalas umanaes vertudes floreceraõ em tij» (Cr. *de D. João* /, 2.ª Parte, págs. **3** e sg.). Julgamos relacionar-se ainda com a preferência da expressão verbal o emprego frequente de substantivos derivados de verbos do género de «criador de fidalgos», «manteedor de suas leis e grande executor das semtenças julgadas» (Cr. *de D. Pedro*$_{9}$ págs. 9 e sg.), «amador de molheres, e achegador a ellas», «cavallgamte, e torneador, grande justador, e lamçador» (Cr. *de D. Fernando*, I, pág. 6 e sg.), «benino tratador do (...) povo» (Cr. *de D. João* /, 2.ª Parte, pág. **3**). Destinados a qualificar as personali-

dades louvadas, não indicam apenas certas atitudes, mas resumem acções determinadas por elas.

E através deste predomínio do elemento verbal que, ainda na prosa laudatoria, se afirma e se impõe a índole narrativa de Fernão Lopes.

Os convencionalismos tradicionais com que, nestes panegíricos, se depara, não destoam do realismo narrativo das suas crónicas, mas são susceptíveis de lhe dar um relevo muito particular.

ALBIN EDUARD BEAU